



MOÇÃO

O Ambiente e a Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar e o Mundo Rural têm sido assolados por sucessivos e agravados fenómenos extremos – secas, tempestades, escaldões, incêndios... – que acarretam elevadíssimos prejuízos para as explorações agrícolas e com perdas irreversíveis de biodiversidade, como o caso do Parque Natural da Serra da Estrela, devastado por um brutal incêndio, e da prolongada e avassaladora seca que, agravada pelos elevados custos dos factores de produção, estrangula as explorações agrícolas, em especial a pecuária.

Desde há décadas, e muitas vezes contra a vontade dos agricultores e das populações, foram impostos modelos de produção e consumo baseados na “superintesificação”, no “livre comércio” e na “competitividade”. São estes “princípios” que têm presidido, por exemplo, à definição e aplicação das sucessivas reformas da Política Agrícola Comum, muito condicionadas pelas imposições da Organização Mundial do Comércio.

Mas tenta-se colocar a culpa em quem trabalha com e para o ambiente: os agricultores. O ataque que é feito, em especial, à produção pecuária, com a aprovação de um Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2030, tem como proposta de redução (30%) da produção de carne bovina. Enquanto se vão criando restrições à actividade das pequenas e médias explorações agrícolas, a maioria em regime extensivo e numa relação de proximidade com a região, em nome do “ambiente”, crescem as mega explorações, assentes na sobre-exploração do solo, da água e de mão-de-obra quase escrava, sempre a pensar no comércio externo.

Quanto ao Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal, confirma-se que os apoios na área ambiental vão para aqueles que usam modelos mais intensivos e com grande enfoque para a exportação. Por outro lado, os pequenos agricultores, no Regime dos Pequenos Agricultores, ficam de fora de qualquer medida ambiental do Eixo A (Agricultura Biológica ou Protecção Integrada).

No acesso à terra e aos recursos naturais é crescente a pressão exercida por grandes grupos económicos e financeiros para instalação de extensas monoculturas super-intensivas, na produção de energia (ex. painéis fotovoltaicos) ou para créditos de carbono o que tem levado ao açambarcamento da terra agrícola e florestal, dos benefícios do investimento público no regadio e de outros recursos, sem qualquer proveito para as populações locais.

Para os pequenos, sobra o cumprimento de obrigações ambientais, como por exemplo na área dos resíduos, com crescentes e complexas obrigações burocráticas, que acarretam custos acrescidos para os agricultores.

Com a privatização da água em muitos países e regiões – que já é negociada como *commodity* na bolsa de Nova Iorque, ao sabor dos interesses do sistema financeiro e do grande poder – este recurso vital fica agora ainda mais submetido ao interesse especulativo e do lucro, agravando a vulnerabilidade dos agricultores, das comunidades rurais e das populações.

A Agricultura e a Floresta têm potencialidades para produzir alimentos de qualidade e contribuir para o combate civilizacional contra as “alterações climáticas”, assentando no Modelo Agroecológico, na ciência dos agro-ecossistemas e dos sistemas alimentares, nos princípios e nas práticas que o promovem, no conhecimento tradicional e da prática do movimento associativo da agricultura camponesa, em princípios de justiça social e económica.

O Modelo Agroecológico é indissociável da promoção da Agricultura Familiar e da Soberania Alimentar, do direito de cada povo a decidir o que produzir para assegurar o seu sustento económico e alimentar.

Perante esta situação, os delegados ao 9º Congresso da CNA reclamam:

- que a Agricultura Familiar, que arrefece o planeta e alimenta o mundo, deve ser mais e melhor apoiada pelos poderes públicos, dando prioridade e preferência à Agricultura Familiar, aos pequenos e médios agricultores, designadamente no acesso à terra e aos recursos naturais às produções autóctones e tradicionais e aos alimentos delas obtidos e à floresta multifuncional e à prevenção dos incêndios florestais;
- O ressarcimento da Agricultura Familiar dos prejuízos causados por intempéries e a restituição do potencial produtivo das explorações agrícolas e florestais, de forma simplificada e desburocratizada;
- O reforço do Ministério da Agricultura, com recursos para apoiar os agricultores face a situações extremas e agir planeada e atempadamente;
- Apoio técnico na área ambiental, desburocratizando e simplificando os processos e fortalecendo as associações de agricultores;
- Aposta na recuperação de regadios e alargamento a novas infraestruturas (para além do Programa Nacional de Regadios) combinado com outras soluções de acesso à água ao nível da exploração agrícola (ex. charcas) e em especial cumprindo a hierarquização dos seus usos, e áreas a abranger, privilegiando o acesso da pequena e da média agricultura;
- A aposta nos circuitos curtos de comercialização com o desenvolvimento do relacionamento próximo entre consumidores e produtores.